

Minas Gerais Administração e Serviços S.A



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2015

A Administração da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração sobre os negócios da Empresa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, juntamente com as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes.

Identificação

Nome completo e sigla	MGS	-	Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
CNPJ	33.224.254/0001-42		
Natureza jurídica	Empresa Pública		
Endereço	Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 12º, 13º, 14º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30.170-000		
Endereço Web	www.mgs.srv.br		

Perfil

AMGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., empresa pública de grande porte e capital fechado, foi criada em 18 de janeiro de 1954 e elevada à condição de empresa pública por força dos artigos 125 a 129 da Lei Estadual n.º 11.406, de 28 de janeiro de 1994. Vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, tem por missão atender com excelência, segurança e sustentabilidade a administração pública, prestando serviços técnicos administrativos e gerais aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios em diversos setores.

Com foco na sustentabilidade empresarial, contribui para o cumprimento dos objetivos e metas do Estado de Minas Gerais, tendo ainda como

visão ser referência na prestação de serviços e o comprometimento com a valorização profissional.

Oferecendo serviços de apoio operacional, apoio técnico especializado, limpeza e conservação, controle de fluxo de bens e pessoas, gestão de documentos e manutenção predial, além de soluções customizadas como administração de condomínios e administração de estacionamentos, seu faturamento bruto em 2015 foi da ordem de R\$ 718 milhões (R\$ 688 milhões em 2014).

No final do exercício de 2015, a MGS contou com um quantitativo em torno de 18,5 mil empregados (19 mil em 2014) para atender seus 67 clientes, entre órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal de Minas Gerais, localizados em 147 municípios mineiros e no Distrito Federal.

Revisão dos processos

Em busca do aperfeiçoamento empresarial, a MGS contratou consultoria especializada em serviços de modelagem de processos organizacionais, envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesign de processos, implementação e monitoramento de ações propostas para melhoria, suporte técnico e transferência de conhecimento, com foco nos processos de compras, vendas, gestão dos estoques e gestão dos recursos humanos.

Readequação da política de pessoal

Buscando corrigir as distorções ocasionadas pelo Plano de Cargos,

Salários e Carreiras anteriormente adotado, que se demonstrava incompatível com o modelo de negócios da Empresa, foi elaborado um novo Quadro de Empregos e Salários da MGS, vigente a partir de janeiro de 2016.

Nesse mesmo contexto, no exercício de 2015, a MGS, para suprir a demanda de empregados, realizou 4 (quatro) Processos Seletivos Públicos Simplificados, imprimindo maior dinamismo em suas contratações, permitindo um atendimento mais eficiente e qualificado junto a seus clientes.

Ainda, na busca por uma prestação de serviços aderente às necessidades dos clientes, foram realizados treinamentos e capacitação dos empregados, em um projeto de qualificação profissional que alcançou 9.880 (nove mil, oitocentos e oitenta) empregados.

Foi desenvolvido e implementado o projeto de humanização no qual foi criado o "Espaço de Integração" para os empregados lotados na Cidade Administrativa, com destaque para a disponibilidade da biblioteca, computadores e acesso à Internet, proporcionando-lhes melhor convivência, conforto e dignidade, além da parceria firmada com o SESC para a instalação de bibliotecas móveis nas unidades administrativas da MGS.

As áreas responsáveis pela segurança e saúde do trabalhador também receberam tratamento especial, e passaram por readequações que permitiram, além da redução das despesas, a otimização das atividades desenvolvidas e um controle mais efetivo do índice de absentismo na Empresa.

Reformulações administrativas

A atuação da atual Diretoria Executiva, com mandato para o período de 2015 a 2017, em seu primeiro ano de exercício, foi pautada na realização de um diagnóstico da Empresa e na definição de uma ampla reestruturação, que contou com a participação dos gestores, e abrangendo o estreitamento da relação com as entidades representativas dos empregados, a racionalização das despesas e o redesign dos processos internos.

Em meio ao cenário econômico pessimista e visando a contenção dos gastos, a Diretoria Executiva criou o Comitê Permanente de Gestão e Monitoramento de Despesas, que tem como atribuições analisar todas as demandas que geram custos ou despesas para a Empresa e propor medidas de equacionamento e redução destas. A atuação do Comitê foi fundamental nas negociações dos contratos com fornecedores e na obtenção de economia ao longo do exercício.

Perspectivas e planos futuros

Apesar dos desafios enfrentados no ano de 2015, o qual a Empresa encerrou com um resultado operacional negativo de R\$ 5,9 milhões, a Diretoria Executiva tem confiança no futuro e na capacidade da MGS em gerar novos negócios e potencializar seus resultados e conta com o apoio de seus colaboradores para a concretização dos objetivos da Empresa.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Reais - Com centavos omitidos)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	31/12/2015	31/12/2014	Notas	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.104.613	52.023.873	Fornecedores	4.618.979	5.146.483
Bloqueios judiciais	5	3.882.788	3.198.319	Salários e ordenados a pagar	21.161.621	19.882.662
Contas a receber de clientes	6	51.737.180	62.589.884	Obrigações sociais a recolher	18	7.204.200
Adiantamentos a empregados	7	3.283.158	3.119.390	Obrigações tributárias	19	16.978.979
Estoques	8	2.506.078	4.870.984	Férias e encargos sociais a pagar	49.138.741	45.119.597
Tributos a recuperar	9	9.453.317	8.494.213	Provisão para rescisões contratuais	69.640	64.842
Despesas pagas antecipadamente	10	6.286.662	6.472.415	Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	20	15.893.089
Depósitos em garantia (cauções)	11	2.484.802	2.275.307	Garantias contratuais	21	2.637.993
Outros ativos circulantes	12	7.578.635	7.643.506	Outros passivos circulantes	22	4.248.337
		155.317.233	150.687.891			121.951.579
ATIVO NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Depósitos judiciais	13	13.019.434	8.257.579	Contingências trabalhistas	23	23.340.287
Outros créditos de longo prazo	14	2.060.040	2.021.943	Contingências cíveis	23	510.772
INVESTIMENTOS	15	1.201.604	1.201.604			23.851.059
IMOBILIZADO	16	4.876.285	8.551.811	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
INTANGÍVEL	17	3.123.394	3.929.093	Capital social	24a	24.560.206
		24.280.757	23.962.030	Reservas de lucros	24b	9.235.146
						33.795.352
TOTAL DO ATIVO		179.597.990	174.649.921	TOTAL DO PASSIVO		179.597.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Reais - Com centavos omitidos, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA LÍQUIDA			
	25	621.962.479	600.016.203
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
	26	(569.829.695)	(551.732.988)
LUCRO BRUTO			
		52.132.784	48.283.215
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal		(42.112.647)	(33.380.510)
Despesas gerais e administrativas		(18.075.687)	(19.177.689)
Despesas tributárias		(171.904)	(145.998)
Despesas judiciais		(14.261.974)	(10.971.078)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27	7.376.033	848.665
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
		(15.113.395)	(14.543.395)
Despesas financeiras		(408.215)	(510.618)
Receitas financeiras	27	11.082.567	5.808.781
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		(4.439.043)	(9.245.232)
Contribuição social		(403.164)	(179.109)
Imposto de renda		(1.075.705)	(468.159)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
		(5.917.912)	(9.892.500)
Prejuízo por ação do capital social		(0,59)	(0,99)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revisadas, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da empresa nos itens aplicáveis. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa, provisões para rescisões contratuais, perdas com contingências, entre outras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	2.579	7.616
Bancos conta movimento	20.148	248.369
Aplicações financeiras	68.081.886	51.767.888
Totais	68.104.613	52.023.873

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de curto prazo. Compreendem imediatamente em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

5. BLOQUEIOS JUDICIAIS

Valores bloqueados por determinação judicial para garantia de execução de ações trabalhistas. Os valores estão bloqueados nos bancos conforme quadro a seguir:

Bancos	31/12/2015	31/12/2014
Banco Itaú	3.882.788	3.195.862
Caixa Econômica Federal	-	2.457
Totais	3.882.788	3.198.319

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) no exercício de 2015 e 2014 é como segue:

Descrição	31/12/2013	Constituições	Baixas	31/12/2014
PECLD	583.292	2.862.520	(318.029)	3.127.783
		Constituições	Baixas	31/12/2015
		4.073.771	(307.673)	6.893.881

Os valores a receber são provenientes da prestação de serviços e registrados no ativo circulante pelo valor líquido realizável. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas e reconhecidas a partir da experiência da Administração da MGS em relação ao histórico das perdas efetivas. Uma vez que as estimativas e premissas contábeis são constantemente avaliadas, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos com risco de perdas quanto aos recebimentos, as provisões passaram a ter seus cálculos baseados na análise individual por cliente do saldo devedor de cada fatura vencida há mais de 1 (um) ano, verificadas as providências administrativas e legais para o seu ressarcimento. Estes valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

Representados por antecipação de férias a empregados e adiantamentos para viagens no valor de R\$ 3.283.158 (R\$ 3.119.390 em 2014).

8. ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o valor líquido realizável, sendo composto, basicamente, por vestuário, material de limpeza, equipamentos de proteção individual e outros materiais utilizados na prestação dos serviços. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão representados, basicamente, por retenções de imposto de Renda, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e Contribuição Social, como apresentado no quadro a seguir:

Tributos a recuperar	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda	8.489.825	6.968.591
Contribuição social	378.989	190.868
COFINS	480.388	1.097.058
PIS	104.115	237.696
Totais	9.453.317	8.494.213

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Reais - Com centavos omitidos)

	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	642.232.271	626.053.773
Resgates de bloqueios judiciais	1.684.337	691.768
Resgates de depósitos judiciais	746.672	1.484.978
Resgates de aplicações financeiras	5.165.841	2.912.512
Recebimentos de dividendos e juros	243.012	1.251.923
Outros recebimentos provenientes das operações	259.807	30.427
Pagamentos a fornecedores	(24.107.957)	(32.686.368)
Pagamentos de despesas com pessoal	(337.501.696)	(323.600.480)
Pagamentos de despesas antecipadas	(81.566.420)	(76.190.947)
Pagamentos de impostos federais	(151.768.184)	(156.343.714)
Pagamentos de impostos estaduais	(2.688)	-
Pagamentos de impostos municipais	(22.706.053)	(16.761.382)
Pagamentos de indeniz. e desp. em processos judiciais	(3.303.377)	(3.266.774)
Constituição de bloqueios judiciais	(3.500.307)	(1.237.415)
Constituição de depósitos judiciais	(7.526.467)	(4.993.156)
Outros pagamentos decorrentes das atividades operacionais	(1.502.215)	(757.898)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.846.576	16.587.247
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes do resgate de investimentos temporários	-	126.082
Pagamentos na aquisição à vista de bens do imobilizado	(76.990)	(579.659)
Pagamentos na aquisição à vista do intangível	(688.846)	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(765.836)	(453.577)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	52.023.873	35.890.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	68.104.613	52.023.873
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	16.080.740	16.133.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e as antecipações em 2015 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2016, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

10. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreende antecipações pela aquisição de créditos de vale-transporte e vale-alimentação.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Vale-transporte	1.562.988	1.493.170
Vale-alimentação	4.723.674	4.979.245
Totais	6.286.662	6.472.415

11. DEPÓSITOS EM GARANTIA (CAUÇÕES)

Conta	Descrição	31/12/2015	31/12/2014
00009340-8	MGS PBH Caução 6991170	1.726.688	1.581.110
00009333-5	MGS PBH Caução 6991194	758.114	694.197
Totais		2.484.802	2.275.307

Trata-se de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte de recursos relativos a garantia oferecida no contrato de prestação de serviços celebrado com a MGS. Os valores encontram-se aplicados em Fundos de Investimentos com carteira de Títulos Públicos Federais, do Banco do Brasil, Fundo BB CP Administrativo Soberano.

12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, registradas ao custo.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Valores a receber - reforma ed. Lutétia	7.527.266	7.527.266
Outros	51.369	116.240
TOTALS	7.578.635	7.643.506

Reforma do Edifício Lutétia

O saldo corresponde aos gastos com a reforma do imóvel situado na Rua São Paulo, 679, bairro Centro - Belo Horizonte - MG de propriedade do IPSEMG, corrigido pelo Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, cujas obras de reforma e adaptação ficaram sob a responsabilidade da MGS, haja vista que o mesmo seria destinado à instalação da sede da empresa, conforme Contrato de Cessão Onerosa de Uso de Bem Imóvel, firmado entre o IPSEMG e a MGS, com intervenção da SEPLAG, no ano de 2006 (Contrato nº 342/2006).

Em 2010 as obras de reforma passaram a ser de responsabilidade do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP-MG. De acordo com a decisão registrada em ata da 120ª reunião ordinária do Conselho de Administração da MGS, de 28 de setembro de 2011, e o Contrato nº 1.066.0.2012 (Termo de Cessão Onerosa de Uso de Imóvel nº 01/2012), de 15 de abril de 2012, restou firmado que, em face da necessidade e interesse público do Estado, o imóvel (Edifício Lutétia) abrigaria a "Casa de Direitos Humanos", figurando, a MGS, como interveniente juntamente com a SEPLAG no retrocitado Termo de Cessão celebrado entre IPSEMG e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE. No exercício de 2014 foi realizada a baixa de R\$ 841.051, correspondente ao valor líquido da atualização incorrida no exercício de 2013.



MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42
Fundada em 18 de janeiro de 1954

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - (Em Reais - Com centavos omitidos)

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A conta registra depósitos judiciais e recursais decorrentes de processos trabalhistas.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos recursais	11.153.120	6.853.941
Depósitos trabalhistas	1.866.314	1.403.638
Totais	13.019.434	8.257.579

Depósitos recursais - Valores depositados pela empresa para fazer face aos recursos de ações trabalhistas, registrados e atualizados conforme tabela de índices de Juros e Atualização Monetária (JAM), publicada pela Caixa Econômica Federal - CEF, e creditados nas contas vinculadas do FGTS.

Depósitos trabalhistas - Depósitos efetuados pela empresa diante da discordância do valor previsto na fase de execução judicial, nas ações trabalhistas movidas por ex-empregados. Os valores são registrados e atualizados pela Taxa Referencial (TR), sem juros de mora, conforme tabela do Tribunal Regional do Trabalho - TRT.

14. OUTROS CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Refere-se a crédito vinculado ao processo trabalhista nº 0238500-44.1993.5.03.0114, transitado em julgado, no valor de R\$ 2.060.040, cujo valor de condenação deverá ser objeto de ressarcimento pelo Estado à MGS em face do disposto no art. 41 da Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993, e art. 54 da Lei nº 10.827, de 23 de julho de 1992, encontrando-se

16. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Aparelhos telefônicos	20.576	(15.718)	4.858	27.878	(19.256)	8.622
Computadores e periféricos	4.263.343	(2.953.868)	1.309.475	4.332.650	(2.401.195)	1.931.455
Edificações	47.499	(43.608)	3.891	47.499	(43.608)	3.891
Ferramentas	34.002	(24.214)	9.788	36.553	(24.383)	12.170
Instalações	276.768	(174.422)	102.346	2.893.703	(1.444.730)	1.448.973
Máquinas e equipamentos	2.369.146	(1.180.106)	1.189.040	3.151.780	(1.449.018)	1.702.762
Móveis e utensílios	3.907.178	(2.000.085)	1.907.093	6.357.834	(3.341.748)	3.016.086
Terrenos	242.670	-	242.670	242.670	-	242.670
Veículos	487.256	(380.132)	107.124	487.256	(302.074)	185.182
Totais Líquidos	11.648.438	(6.772.153)	4.876.285	17.577.823	(9.026.012)	8.551.811

O imobilizado da empresa está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Até o exercício de 2014, as depreciações eram calculadas pelo método linear e as taxas definidas de acordo com os critérios da legislação tributária.

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2014		Adições	Baixas	Depreciação	Ajustes	Saldo em 31/12/2015
	31/12/2014	31/12/2014					
Aparelhos telefônicos	8.622	(7.302)	2.599	939	4.858	8.622	
Computadores e periféricos	1.931.455	(69.307)	(628.594)	75.921	1.309.475	1.931.455	
Edificações	3.891	-	(1.900)	1.900	3.891	3.891	
Ferramentas	12.170	(2.550)	(2.073)	2.242	9.789	12.170	
Instalações	1.448.973	(2.616.935)	1.260.201	10.107	102.346	1.448.973	
Máquinas e equipamentos	1.702.762	(801.699)	196.235	72.677	1.189.039	1.702.762	
Móveis e utensílios	3.016.086	(2.503.406)	1.268.166	73.497	1.907.093	3.016.086	
Terrenos	242.670	-	-	-	242.670	242.670	
Veículos	185.182	(70.952)	-	(7.106)	107.124	185.182	
Totais	8.551.811	71.814	(6.001.199)	2.023.682	230.177	4.876.285	

Descrição	Saldo em 31/12/2013		Adições	Baixas	Depreciação	Ajustes	Saldo em 31/12/2014
	31/12/2013	31/12/2013					
Aparelhos telefônicos	11.298	-	-	-	(2.676)	-	8.622
Computadores e periféricos	2.579.699	89.898	(6.717)	(731.425)	-	-	1.931.455
Edificações	5.791	-	-	(1.900)	-	-	3.891
Ferramentas	15.819	-	-	(3.649)	-	-	12.170
Instalações	1.738.343	-	-	(289.370)	-	-	1.448.973
Máquinas e equipamentos	1.878.092	122.213	(369)	(297.174)	-	-	1.702.762
Móveis e utensílios	3.435.149	199.975	-	(619.038)	-	-	3.016.086
Terrenos	242.670	-	-	-	-	-	242.670
Veículos	260.274	-	-	(75.092)	-	-	185.182
Totais	10.167.135	412.086	(7.086)	(2.020.324)	-	-	8.551.811

Em 2015, em conformidade com os pronunciamentos contábeis CPC 01 e CPC 27, os valores contábeis dos seus bens tiveram a estimativa de vida útil econômica e valores residuais individualmente revisados e o seu valor recuperável testado, com vistas a apurar indicadores de perda de valor.

Através de laudo emitido por empresa especializada, os trabalhos de revisão dos parâmetros que levam à definição da vida útil e valor residual dos bens demonstrou necessidade de efetuar ajuste na depreciação conforme movimentação. Já o teste de recuperabilidade indicou que seu valor contábil não excede o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo e, portanto, não havendo a necessidade de promover o ajuste ao valor recuperável de ativos (perda por "Impairment").

Em novembro de 2015, a MGS procedeu à baixa no valor líquido de R\$ 2.101.276 mediante a transferência do patrimônio às Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, em cumprimento a cláusula contratual.

17. INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Software - Direito de uso	1.288.832	(848.292)	440.540	1.353.242	(699.454)	653.788
Software - Direito de uso - V. útil definida	2.091.008	(1.498.555)	592.453	2.091.008	(906.103)	1.184.905
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	-	2.090.400	2.090.400	-	2.090.400
Totais	5.470.240	(2.346.846)	3.123.394	5.534.650	(1.605.557)	3.929.093

Estão representados, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI).

Os ativos intangíveis da empresa são mensurados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. Até o exercício de 2014, as amortizações eram calculadas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos componentes do intangível, com exceção dos ativos com vida útil indefinida. Em 2015, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 04, os valores contábeis dos seus bens tiveram a estimativa de vida útil econômica e valores residuais individualmente revisados, sendo necessário efetuar ajuste no valor amortizado, conforme movimentação. Não foram identificados indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis (CPC 01).

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2014		Adições	Baixas	Amortização	Ajustes	Saldo em 31/12/2015
	31/12/2014	31/12/2014					
Software - Direito de uso	653.788	(64.410)	(139.692)	(9.146)	440.540	-	653.788
Software - Direito de uso - V. útil definida	1.184.905	-	(836.403)	243.952	592.454	-	1.184.905
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	-	-	-	2.090.400	-	2.090.400
Totais	3.929.093	(64.410)	(64.410)	(976,095)	234.806	-	3.123.394

Descrição	Saldo em 31/12/2013		Adições	Baixas	Amortização	Ajustes	Saldo em 31/12/2014
	31/12/2013	31/12/2013					
Software - Direito de uso	523.258	283.126	-	(152.596)	-	-	653.788
Software - Direito de uso - V. útil definida	2.021.308	-	-	(836.403)	-	-	1.184.905
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	-	-	-	-	-	2.090.400
Totais	4.634.966	283.126	-	(988.999)	-	-	3.929.093

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

registrado também no Passivo Não Circulante - Contingências Trabalhistas.

Em provimento de recurso da MGS na fase de execução foi determinado, após o retorno dos autos do Tribunal Superior do Trabalho em novembro de 2015, nova elaboração de cálculos pelas partes, o qual o reclamante requereu valor superior a R\$ 4 milhões (quatro milhões de reais), contra o valor bruto apresentado pela MGS de R\$ 11.605 (onze mil, seiscentos e cinco reais), atualizados até 30/11/2015.

Diante da divergência dos cálculos, o juiz determinou a realização de perícia, sendo que em 19/01/2016 foram homologados os cálculos do perito oficial no valor bruto de R\$ 30.589 (trinta mil, quinhentos e oitenta e nove reais). No mesmo dia a MGS solicitou a liberação do bloqueio na conta da empresa, uma vez que os depósitos recursais nos autos são suficientes para suportar o novo valor homologado, aguardando autorização.

15. INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
CEMIG	1.195.858	1.195.858
Outros	5.746	5.746
Totais	1.201.604	1.201.604

Registrado ao custo de aquisição, o investimento remanescente na CEMIG composto por 401.369 ações preferenciais nominativas, representa 99,52% do total dos investimentos.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Representadas em sua quase totalidade pelo INSS e FGTS a recolher, vencíveis em 2016, conforme descrição a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
INSS	4.713.621	4.814.151
FGTS	2.338.139	2.216.560
Contribuição sindical	152.440	51.473
Totais	7.204.200	7.082.184

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Referem-se a valores a recolher de tributo municipal (Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN) e tributos federais (PIS, COFINS, IRRF, CSLL e Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF), vencíveis em 2016, os quais vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais. Nestas obrigações está incluído o montante referente aos tributos diferidos relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre os valores faturados e não recebidos. O PIS e COFINS são calculados sobre a receita total, de acordo com a legislação tributária, na modalidade não cumulativa. Os serviços prestados pela MGS, acobertados com a emissão de NFS-e, não estão sujeitos à retenção do ISSQN na fonte, conforme regime especial nº 045.506-A (processo nº 01.058613.13.50), concedido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cabendo-lhe o recolhimento do tributo quando este for devido no município de Belo Horizonte, a partir de 1º de agosto de 2013.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
PIS	1.378.198	1.436.076
COFINS	6.354.926	6.614.654
ISSQN	1.942.708	1.805.050
IRRF - contrib. sociais retidas na fonte	1.005.224	607.446
CSRF	20.225	4.113
PIS diferido	1.119.804	1.274.530
COFINS diferido	5.157.894	5.870.561
Totais	16.978.979	17.612.430

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

Refere-se a valores de dividendos e JCP apurados nos exercícios de 2007 a 2013, devidos aos acionistas Estado de Minas Gerais e Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Descrição	31/12/2015 e 31/12/2014		Totais
	Estado de Minas Gerais	Imprensa Oficial de MG	
Dividendos	15.720.712	162.348	15.883.060
JSCP	-	10.029	10.029
Totais	15.720.712	172.377	15.893.089

Descrição	31/12/2015		31/12/2014		Provisionado	
	Prováveis	Possíveis	Prováveis	Possíveis	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	23.340.287	-	15.734.652	-	23.340.287	15.734.652
Cíveis	510.772	-	459.013	-	510.772	459.013
Totais	23.851.059	-	16.193.665	-	23.851.059	16.193.665

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social de R\$24.560.206 em 31/12/2015 é representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais, com participação de 99%, e a Imprensa Oficial do Estado de MG, com participação de 1%.

	31/12/2015	31/12/2014
Capital social	24.560.206	24.560.206
Reserva legal	2.554.368	2.554.368
Retenção de lucros	6.680.778	12.598.690
Totais	33.795.352	39.713.264

b) Reserva de Lucros

As reservas de lucros são compostas por: i) reserva legal no valor de R\$2.554.368, constituída à alíquota de 5% de resultados de períodos anteriores, não excedendo a 20% do Capital Social, e ii) retenção de lucros no total de R\$ 6.680.778. Em comparação a 2014 a retenção de lucros foi reduzida pela compensação do prejuízo do exercício de 2015 no valor de R\$5.917.912.

25. RECEITA LÍQUIDA

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta na venda de serviços	718.106.664	687.724.960
Impostos e contribuições incidentes	(96.114.798)	(87.695.458)
Descontos, devoluções e cancelamentos	(29.287)	(13.299)
Receita Líquida	621.962.479	600.016.203

A empresa integra o grupo sujeito ao acompanhamento especial pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme Portaria RFB 11.213/07 e se enquadra como sociedade de grande porte, dentro do conceito contido

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA Presidente	ALZIRA DE OLIVEIRA JORGE Conselheira
CARLOS VANDERLEY SOARES Vice-Presidente	FRANCISCO EDUARDO MOREIRA Conselheiro
ALCIONE MARIA MARTINS COMONIAN Conselheira	JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO DA SILVA Conselheiro
CARLOS VANDERLEY SOARES Diretor-Presidente	JOSÉ MAURÍCIO SALGADO Diretor